

RESUMO - DIREITO

O USO INDEVIDO DA LEI MARIA DA PENHA: ANÁLISE JURÍDICO-PENAL DAS DENÚNCIAS CALUNIOSAS E SEUS REFLEXOS NA LEGITIMIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL DAS VÍTIMAS REAIS

Evelyn Cristine Ferreira Barbosa (210019908@aluno.unig.edu.br)

Júlia Isabele Galdino Oliveira (230024583@aluno.unig.edu.br)

Introdução: A Lei nº 11.340/2006, reconhecida como marco jurídico na proteção da mulher contra a violência doméstica, consolidou-se como instrumento paradigmático de política criminal de gênero. Todavia, sua utilização abusiva mediante denúncias caluniosas projeta um dilema jurídico-processual que desafia a legitimidade da tutela jurisdicional e a credibilidade da norma. Objetivo: Analisar criticamente as repercussões das denúncias falsas no âmbito da Lei Maria da Penha, identificando seus efeitos sobre a política criminal de gênero e propondo mecanismos de enfrentamento. Material e Métodos: pesquisa qualitativa, de cunho exploratório-descritivo, estruturada em levantamento bibliográfico e documental, com base em doutrina especializada e análise de jurisprudência consolidada nos tribunais superiores (STF e STJ), acrescida de casos paradigmáticos nos Tribunais de Justiça estaduais. Resultados: Constatou-se que, embora numericamente minoritárias, tais condutas possuem elevado potencial de corrosão da legitimidade normativa,

gerando sobrecarga no Judiciário, danos irreversíveis a acusados inocentes e discurso social de descrédito que enfraquece o amparo das vítimas efetivamente vulneráveis. Conclusão: impõe-se a adoção de medidas preventivas e repressivas, como responsabilização penal do denunciante de má-fé, rigor probatório na fase processual e políticas públicas de conscientização, de modo a assegurar a autoridade da Lei Maria da Penha como instrumento de proteção e a preservar a confiança social na política criminal de gênero.

Palavras-chave: lei maria da penha; denúncias caluniosas; tutela jurisdicional; legitimidade; violência doméstica.